

Colonialismo alemão e privatização dos recursos naturais africanos

Silvio Marcus de Souza Correa [*]

[*] Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis (SC), Brasil.
E-mail: silvio.correa@ufsc.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0364-6590>

Resumo: Nos finais do século 19, as colônias alemãs na África entraram em competição ecológica com as comunidades locais, o que promoveu não apenas mudanças na economia tradicional de várias regiões, mas também impactos ambientais. A privatização dos recursos naturais foi responsável por mudanças antrópicas na África sob o domínio colonial alemão, que contribuíram para a redução da biodiversidade em áreas de *plantation* ou de pecuária extensiva. Epidemias, “pragas” e invasão biológica de espécies exóticas foram outros problemas ecológicos que serão discutidos neste artigo a partir da abordagem da história ambiental sobre a colonização alemã na África.

Palavras-chave: África; Recursos naturais; Colonialismo alemão.

German colonialism and privatization of African natural resources

Abstract: In the late 19th century, the German colonies in Africa came in ecological competition with local communities, which promoted not only changes in the traditional economy of various regions, but also environmental impacts. The privatization of natural resources was responsible for anthropic changes in Africa under German colonial rule, which contributed to the reduction of biodiversity in areas of plantation or extensive cattle breeding. Epidemics, “pests” and biological invasion of exotic species were some of ecological problems that will be discussed in this paper through the environmental history approach about German colonization in Africa.

Keywords: Africa; Natural resources; German colonialism.

Por uma história ambiental do imperialismo colonial alemão

Passado um lustro da reunificação da Alemanha, foi publicado um trabalho póstumo do africanista alemão Jürgen Herzog, intitulado “Colonialismo e ecologia no contexto da história da Tanzânia” (Herzog, 1994). Trata-se de um primeiro trabalho na historiografia alemã pós-muro que argumenta a favor de uma pesquisa histórica ambiental (*historische Umweltforschung*) sobre o colonialismo alemão. Antes da queda do Muro de Berlim, um artigo de Herzog (1988) já trazia uma contribuição crítica à historiografia da África ao sugerir a ecologia como tema da história colonial. Assim como outros historiadores africanistas da então República Democrática Alemã, como Horst Dreschsler e Peter Sebal, Jürgen Herzog pôde consultar os arquivos coloniais que se encontravam na RDA. Mas entre os historiadores que tiveram acesso à documentação colonial – antes ou depois da reunificação alemã – poucos se interessaram pela promissora abordagem em história ambiental proposta por Herzog. A partir do século XXI, a questão ambiental aparece com mais frequência na nova historiografia sobre o colonialismo alemão em África (Sunseri, 2003; Gissibl, 2006; Wächter, 2008). Nos últimos anos, mesmo que a história ambiental tenha sido uma das mais inovadoras contribuições historiográficas para pensar o colonialismo alemão (Kreye, 2021; Gissibl, 2016; Siiskonen, 2015), a perspectiva de uma história global dos impérios coloniais tem prevalecido (Conrad, 2013; Eley, 2010; Ciarlo, 2008), o que fomenta estudos em história comparada.

A história comparada entre os diferentes impérios coloniais tem apontado para um mesmo conjunto de ações e que permite identificar algumas diretrizes comuns (Gissibl et al., 2012). Em relação às formas de apropriação dos recursos naturais africanos, o colonialismo alemão não difere muito dos seus congêneres francês, belga, britânico ou português. Deve-se, no entanto, considerar o curto período do colonialismo alemão na África (1884-1914), pois alguns impactos ambientais de longo prazo dependem, geralmente, de uma ação constante e prolongada. Embora os impérios coloniais tenham compartilhado a mesma *ratio* econômica do capitalismo, algumas diferenças foram marcantes. Uma particularidade do colonialismo alemão foi o seu “chauvinismo ambiental” (Rollins, 1999).

Ainda em termos de análise comparativa, pode-se considerar as diferenças e semelhanças entre as colônias do império alemão em diferentes continentes (Berman et al., 2014), assim como restringir o estudo comparativo entre as quatro diferentes regiões africanas sob domínio colonial alemão, então chamadas de *Togo*, *Kamerun*, *Deutsch-Südwest-Afrika* (atual Namíbia) e *Deutsch-Ostafrika* (atual Tanzânia). Se, por um lado, a privatização dos recursos naturais africanos foi uma característica comum do imperialismo colonial, por outro, os recursos naturais disponíveis variavam segundo as regiões e a diversidade de seus respectivos reinos animal, vegetal e mineral.

O termo “recurso natural” aparece com frequência na documentação relativa aos impérios coloniais dos séculos XIX e XX. Apesar da crítica anticolonial já acusar o caráter predatório da economia colonial, parece que a ideia de recurso natural tornou-se um senso comum no imaginário ocidental. O potencial de capitalização dos chamados recursos naturais vai por si como se fosse um imperativo capitalizar aquilo que a natureza dispõe ao *homo oeconomicus*. Desse modo, a privatização dos recursos naturais africanos durante o colonialismo encerra uma tríplice crítica ao capitalismo assentada respectivamente no seu postulado do direito privado, na sua ideia de recursos naturais e no seu *modus operandi*, isto é, o imperialismo colonial. Em 1917, Lenin afirmava que o imperialismo era a última fase do capitalismo e uma de suas particularidades era a dominação colonial exercida pelas associações monopolistas. Em suas palavras: “A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado” (Lenin, 2011, p. 209).

A relação do império colonial alemão com o capital financeiro e com as sociedades e companhias concessionárias para a exploração dos recursos naturais africanos já foi amplamente abordada pela historiografia (Gründer, 2012; Strandmann, 2009; Conrad, 2008). A seguir, procura-se apontar para alguns problemas ambientais decorrentes da privatização dos recursos naturais à época da chamada “Partilha da África”.¹

O império alemão e a partilha dos recursos naturais africanos

A Unificação da Alemanha em 1871 favoreceu a industrialização e o comércio ultramarino. Muitas firmas alemãs de Hamburgo e Bremen já tinham os seus representantes comerciais na costa da África ocidental, onde prosperavam os negócios com bebidas alcóolicas e armamentos. Se alguns defendiam o livre comércio para o novo império alemão, outros bradavam a expansão colonial como Friedrich Fabri e Ernst von Weber. A organização do movimento colonial na Alemanha unificada acabou prevalecendo como força política; inclusive, o II Reich tornou-se um império colonial ultramarino a partir de 1884. A adesão do chanceler alemão Otto von Bismarck ao colonialismo suscitou controvérsias na historiografia alemã. O maior estadista da Alemanha do século XIX não era simpatizante do partido colonial e, mesmo depois de sua conversão ao colonialismo, defendia a partici-

¹ A chamada “Partilha da África” já aparecia na imprensa metropolitana da época. Trata-se de uma visão ideológica da conquista do continente africano no final do século XIX que marcou também a historiografia até as independências africanas. Desde a perspectiva africana, novas tendências na história pós-colonial sugerem uma revisão crítica dos conceitos.

pação do capital privado para diminuir os gastos dos cofres públicos com a aventura colonial (Gründer, 2012, p. 56-57).

Inicialmente, a política colonial do governo alemão visava fomentar a participação do capital privado por meio de concessão às companhias ou sociedades de comércio. Desse modo, os custos com a gestão e administração das colônias não ficariam sob a responsabilidade do Império alemão. As companhias ou sociedades de comércio deveriam manter a ordem colonial em troca do direito concedido de um certo monopólio comercial sob determinados territórios ultramarinos. A participação do governo seria mais de proteção diplomática e militar, se necessário (Wesseling, 2002, p. 216). No entanto, essa política de concessão não obteve os resultados esperados pelo chanceler e o II Reich acabou tendo que arcar com os custos da gestão, defesa e administração colonial na África.

A dificuldade em atrair capital privado para as colônias ultramarinas foi uma constante durante os 30 anos de experiência colonial alemã na África (1884-1914). Da mesma forma, a propaganda colonial conseguiu atrair muito poucos imigrantes alemães para as colônias africanas. Durante o século XIX, milhões de alemães migraram para várias partes do mundo, inclusive para regiões tropicais e subtropicais. De 1871 a 1914, a população da Alemanha passou de 41 milhões para 60 milhões (Wesseling, 2002, p. 204). Em torno desse mesmo período, quase três milhões de alemães deixaram a Alemanha.² A África foi o destino de apenas alguns milhares de imigrantes, sendo que a maioria se instalou na então colônia do sudoeste africano (atual Namíbia). Na literatura colonial alemã, autores abordaram as regiões ultramarinas mais propícias à colonização alemã (Dieter, 1895; Kaerger, 1892; Falckenhorst, 1890). O número total de imigrantes alemães em todas as colônias africanas nunca ultrapassou os 20 mil habitantes. Em termos econômicos, as colônias representavam menos de 1% do comércio exterior da Alemanha em 1914 (Wesseling, 2009, p. 263).

Durante o colonialismo alemão houve uma série de controvérsias sobre o devir da imigração alemã em áreas tropicais e subtropicais, principalmente nas colônias africanas que correspondem, grosso modo, aos atuais países do Togo, Camarões, Namíbia e Tanzânia. Além dessas colônias alemãs no continente africano, havia um enclave portuário na China e ainda algumas ilhas no Pacífico (Samoa, Nova Guiné, arquipélago Bismarck etc.) que fizeram parte dos territórios ultramarinos do II Reich.

Na África, colonos alemães entraram em competição ecológica com comunidades locais, o que promoveu não apenas mudanças na economia tradicional de várias localidades como também impactos ambientais. Durante o colonialismo, as mudanças antrópicas na natureza tropical e subtropical foram responsáveis pela redução da biodiversidade em determinadas regiões, onde predominou a *plantation* ou a pecuária extensiva. Acrescenta-se

² Die Auswanderung nach überseeischen Ländern. *Kolonie und Heimat: In Wort und Bild*, Berlin, 26 fev. 1911.

ainda uma série de novas pragas e a invasão biológica de espécies exóticas no rol dos problemas ecológicos relacionados à história ambiental da África colonial.

A privatização dos recursos naturais em regiões tropicais e subtropicais do continente africano esteve vinculada a uma economia predatória dos recursos naturais. Tal privatização dos recursos naturais se inscreve numa lógica econômica do capitalismo e também traduz uma forma de dominação da cultura (alemã) sobre a natureza (tropical e subtropical). Cabe ainda salientar que a economia colonial foi justificada na imprensa de língua alemã, cujo discurso midiático atribuía aos alemães certo protagonismo enquanto “pioneiros da civilização” (*Pionieren der Kultur*). Desse modo, o colonialismo alemão transferiu para a África uma variante da dicotomia ocidental entre cultura e natureza.³

Na historiografia, alguns estudos trataram dos regulamentos para a preservação da natureza nos domínios coloniais (Gissibl, 2016; Wächter, 2008). Porém, os efeitos de certas medidas adotadas pelas autoridades alemãs para “conservar” a natureza africana foram pouco estudados no âmbito da história ambiental. Alguns exemplos de privatização dos recursos naturais serão tratados a seguir com o fito de demonstrar algumas aporias do colonialismo alemão.

A economia colonial e os recursos naturais

Entre outras ciências, a geografia e a agronomia foram decisivas para o estabelecimento de uma economia colonial em áreas tropicais e subtropicais no continente africano. Alguns geógrafos e agrônomos alemães estudaram as condições mesológicas das regiões tropicais e subtropicais, seus diferentes biomas e ecossistemas, bem como seus recursos naturais, a fim de promover uma base científica para a economia colonial.

O professor doutor Ferdinand Wohltmann foi um desses cientistas e seu manual de agricultura tropical orientou alguns projetos agrícolas durante o colonialismo alemão.⁴ Em 1888, ele esteve pela primeira vez na colônia alemã do *Kamerun*. Sobre as plantações naquela colônia, Wohltmann (1896) escreveu um pequeno livro que reuniu três relatos de viagem. Um ano depois, ele fez uma viagem de estudos ao Brasil meridional sob os auspícios da *Hamburger Kolonisationsverein*. Entre 1896 e 1903, o professor alemão de economia agrária fez algumas expedições científicas pelas colônias alemãs do Togo, da África Oriental (atual Tanzânia) e de Samoa (Wohltman, 1900).

³ Sobre a visão colonial sobre a natureza, cf. Adams (2003).

⁴ *Handbuch der Tropischen Agrikultur für die deutschen Kolonien in Afrika auf wissenschaftlicher und praktischer Grundlage*. Bd. 1: Die natürlichen Faktoren der Tropischen Agrikultur und die Merkmale ihrer Beurteilung. Leipzig: Duncker und Humblot, 1892.

Além da revista *Der Tropenpflanzer*, especializada na agricultura tropical, outras publicações destacaram a viabilidade econômica do projeto colonial alemão na África e alhures. A revista *Kolonie und Heimat in Wort und Bild*, editada pela Liga Feminina da Sociedade Alemã de Colonização, trazia em seus números uma série de matérias sobre a economia colonial e sobre temas como a adaptação ao clima ou a prosperidade dos imigrantes nos trópicos etc.

A leitura das matérias da imprensa colonial alemã confirma que o maior problema da economia colonial era a “questão do trabalho” (*Arbeiterfrage*), como também apontou o empresário alemão Johann Karl Vietor (1902). A questão do trabalho era central para a economia colonial. Em suas propostas para a colonização alemã na África oriental, Karl Kaerger (1892, p. 175) sugeria uma “coerção benevolente para com os nativos” (*wohlwollender Zwang gegenüber den Eingeborenen*).

Apesar dos métodos coercitivos empregados pelo colonialismo alemão, algumas sociedades alemãs de colonização ou de comércio como a *Deutsch-Ostafrikanische Gesellschaft*, a *Westafrikanische Pflanzungsgesellschaft Victoria* e a *Deutsche Handels- und Plantagen-Gesellschaft* acumularam revezes. Muitas experiências coloniais fracassaram pelos métodos de recrutamento e de exploração dos trabalhadores “indígenas”. Além das punições e das condições de higiene nos locais de trabalho, o regime compulsório foi responsável pelo despovoamento de certas regiões nas colônias alemãs em África. Entre os trabalhadores “indígenas” nas grandes fazendas, a mortalidade era alta, podendo chegar a 30% em alguns casos (Gründer, 2012, p. 169).

O despovoamento de certas localidades e a redução da população tiveram impactos na ecologia humana. Porém, essa correlação ainda não foi alvo de estudos aprofundados e no âmbito da história ambiental do colonialismo alemão em África. Além das formas análogas à escravidão durante o colonialismo alemão, a apropriação das terras foi outra ação colonial que não somente provocou reações como revoltas e outras resistências primárias como também teve impactos ecológicos já que a privatização das terras redundava, geralmente, em monoculturas extensivas. A revolta *maji maji* na então África Oriental Alemã foi alvo de uma nova perspectiva historiográfica, na qual a questão ambiental foi central na análise da “rebelião colonial” (Sunseri, 2003). Outras revoltas decorrentes da apropriação das terras mais férteis para a agricultura ou melhores para a pastagem se somam àquelas resultantes do impacto de epidemias ou de zoonoses advindas com a introdução de espécies exóticas etc.

Em relação à pecuária, as pastagens naturais do sudoeste africano eram insuficientes para o pastoreio dos grupos nativos (como hereros e namas) e de outros como os chamados “bastardos de Rehoboth” e ainda para o gado dos fazendeiros alemães e bôeres. A pecuária introduzida pelos alemães e seus vizinhos bôeres fomentou uma competição ecológica com grupos nativos em várias regiões africanas. Não apenas as melhores pastagens

foram privatizadas pelos fazendeiros brancos, como houve ainda o confisco do gado de pastores nativos endividados. A peste bovina no final do século XIX foi responsável por uma drástica redução dos rebanhos dos pastores nativos, o que somou-se a outros problemas decorrentes da introdução de uma “pecuária moderna” pelos colonos alemães. Essa “crise ecológica” acirrou a tensão nas relações étnicas no sudoeste africano antes da chamada “guerra colonial” (1904-1907) que redundou no primeiro genocídio do século XX.

O caso alemão permite reforçar a tese de que o capitalismo monopolista fomentado pelos impérios coloniais acirrou os conflitos entre colonizadores e colonizados, notadamente em termos de competição ecológica pelos recursos naturais africanos.

Colonização e impactos ambientais

Na África colonial sob domínio alemão houve uma degradação de biomas e ecossistemas causada pelos processos de privatização da mineração, da agricultura, da pecuária, da caça etc. Algumas propostas de Ferdinand Wohltmann para a agricultura tropical permitem supor alterações profundas na paisagem de algumas regiões, mas cujos impactos ambientais não foram considerados pelo próprio autor (Wohltmann, 1896). A *plantation* em zona tropical dependeu não apenas da introdução de espécies exóticas como também da abertura de estradas, o que resultou em novos focos epidêmicos para grupos humanos e para animais de criação e não raro em “pragas” na agricultura.

Um dos recursos naturais mais valorizados pela economia colonial era o campo de pastagem. Nem sempre os fatores climáticos e outros como a fertilidade do solo coincidiam para a pecuária extensiva em “campos naturais”. Na colônia alemã dos Camarões houve o manejo artificial de pastagens em certas áreas do interior como em Dschang, onde foi instalada uma estação experimental para a pecuária, inclusive com a introdução de gado zebu e cavalos na região montanhosa de Adamaua.⁵ Nas áreas altas do platô camaronense não havia a mosca tsé-tsé, o que favorecia o desenvolvimento da pecuária.⁶

Assim como as estações missionárias e os novos núcleos de povoamento, a economia colonial demandava o desmatamento para atividades agrícolas e de criação de animais e a abertura de estradas de ferro para o melhor escoamento da produção. Desde o período pré-colonial, a monocultura das palmeiras para a produção do óleo de palma havia alterado drasticamente a paisagem litorânea desde a antiga Costa do Ouro até o então Daomé (Juhé-Beaulaton, 1998). Na zona litorânea do Togo houve desmatamento para algumas

⁵ *Kolonie und Heimat: In Wort und Bild*, Berlim, 7 nov. 1909.

⁶ *Kolonie und Heimat: In Wort und Bild*, Berlim, 10 out. 1909.

culturas de frutos tropicais, como cacau e banana. Além do desmatamento para a agricultura nas áreas costeiras ou da hinterlândia, a derrubada das matas foi também uma decorrência da exploração das florestas tropicais. Na África Oriental Alemã, desmatava-se para as monoculturas do sisal, do algodão, do café e mesmo do seringal. Sobre a plantação artificial de seringueiras, destacaram-se plantas do norte do Brasil.⁷ Algumas delas foram introduzidas no final do século XIX (Wohltmann, 1898).⁸ Além da seringueira brasileira, outras plantas como o agave mexicano foram introduzidas nas colônias alemãs, sobretudo na África Oriental Alemã (Waibel, 1935, p. 186).

As fontes hemerográficas contêm imensa quantidade de pistas relativas às técnicas agrícolas, como as queimadas, para o preparo da terra e cujos impactos ambientais podem ser avaliados por novas pesquisas.⁹ Entre outros documentos dos arquivos coloniais, memórias de colonos e missivas de imigrantes informam sobre efeitos inusitados de ações antrópicas do colonialismo sobre a ecologia africana, sobretudo nas áreas de *plantation*. Para ficar num exemplo, as cartas do dinamarquês Christian Lautherborn sobre a plantação de sisal na África Oriental Alemã trazem informações importantes sobre a ecologia humana entre adventícios e nativos (Parpart e Rostgaard, 2006). Como Christian Lautherborn, outros imigrantes europeus não faziam ideia de que suas ações isoladas teriam o impacto ambiental que tiveram por causa do efeito agregado de suas intervenções para aumentar a produtividade econômica de suas plantações em detrimento do meio ambiente. Vale lembrar que a privatização das terras na África Oriental Alemã não redundou numa proletarianização dos camponeses africanos, uma vez que somente algo em torno de 1% daquelas terras era propriedade de europeus em 1914 (Iliffe, 1979, p. 144).

Em geral, a *plantation* foi desenvolvida nas colônias alemãs com investimentos de capital privado e por meio de sociedades autônomas ou companhias limitadas. Na África Oriental Alemã, por exemplo, a *Deutsch-Ostafrikanische Plantagensgesellschaft* desenvolveu diferentes culturas agrícolas (tabaco, café, sisal etc.) de 1886 até 1910. Outras sociedades plantaram café, como, por exemplo, a *Usambara-Kafeebau-Gesellschaft*, e sisal, como a *Deutsche Agaven-Gesellschaft*, e ainda outros produtos em diferentes distritos (Usambara, Tanga, Pangani etc.) da África oriental (Waibel, 1935, p. 179). No início do século XX, houve um aumento da área cultivada de propriedade de europeus na África Oriental Alemã, isto é, de 8.235 hectares em 1902 para 81.831 hectares em 1912, sendo os principais produtos cocos, algodão, sisal e borracha (p. 180). Do café produzido na África Oriental Alemã em 1912,

⁷ Anzapfen eines Kautschukbaumes. *Kolonie und Heimat: In Wort und Bild*, Berlim, 13 mar. 1910, p. 14.

⁸ Sobre três tipos de borracha de origem brasileira, ver também "Kautschuck-Kultur". *Deutsche Ostafrikanische Zeitung*, Dar es Salaam, 7 abr. 1900.

⁹ Por exemplo: Wie in Ostafrika eine Plantage entsteht. *Kolonie und Heimat: In Wort und Bild*, Berlim, 27 fev. 1910, p. 2-3.

57% provinha de propriedades de europeus (p. 194). Do cacau produzido em Kamerun em 1912, 85% provinha de proprietários europeus (p. 358). No Togo, apenas 1.443 hectares eram cultivados em propriedades de europeus em 1912 (p. 342).

Pode-se afirmar que a privatização das terras africanas nas mãos de europeus foi diminuta durante as três décadas de colonialismo alemão e que ela não logrou pôr fim às terras comunitárias para as demais atividades extrativistas, agrícolas e pecuaristas dos africanos.

Privatização dos recursos naturais da África subtropical

A colônia alemã do sudoeste africano (atual Namíbia) foi aquela que mais se aproximou à idealização da propaganda colonial devido à sua localização em região subtropical. Mas uma leitura acurada das matérias sobre as colônias africanas na revista *Kolonie und Heimat* ou nos jornais em língua alemã de Lüderitzbucht, Windhoek ou Swakopmund, permite perceber a discrepância entre a propaganda e a realidade colonial.¹⁰

Assim como as colônias alemãs na África tropical, a economia do sudoeste africano se organizou com base no latifúndio rural. Ao invés de plantações (cacau, sisal, café etc.), a economia colonial em zona subtropical se orientou basicamente para a criação de gado bovino, de cavalos e caprinos. A maioria das raças dessa animália foi importada da Europa, da Argentina, da Austrália e da África do Sul. Houve ainda algumas fazendas com criação de avestruzes.

A extração de minérios (cobre, diamantes, fósforo, chumbo etc.) teve papel importante na economia colonial na África subtropical, bem como o extrativismo do guano e a caça ao leão-marinho e à baleia. Apesar de exportado em boa parte para a Alemanha, o guano abastecia o mercado interno, pois era um fertilizante natural para as fazendas dos colonos alemães e bôeres. O extrativismo do guano foi uma atividade econômica realizada por sociedade de capital privado.¹¹ A serviço da Sociedade de Colonização Alemã, um inglês descobriu guano em Cabo Cross em 1894.¹² Desde então, a *Damaraland Guano Company Limited* fazia a extração do guano com mão de obra nativa.¹³ As atividades dessa companhia du-

¹⁰ Da copiosa massa documental da imprensa colonial alemã, destacam-se os jornais da base de dados da coleção "African Newspapers (1800-1922)", disponível através da assinatura da Biblioteca da UFSC e outros periódicos, como *Kolonie und Heimat* e *Deutsch-Ostafrikanische Zeitung*, consultados em coleções digitais de bibliotecas alemãs.

¹¹ No jornal de Windhoek há notícias sobre as atividades de extração do guano desde o final do século XIX. Cf. *Windhoek Anzeiger*, 19 jan. 1899; *Windhoek Anzeiger*, 17 ago. 1899.

¹² *Deutsche Südwestafrikanische Zeitung*, Swakopmund, 17 ago. 1899.

¹³ *Deutsche Südwestafrikanische Zeitung*, Swakopmund, 14 out. 1901.

raram uma década, pois ela foi dissolvida em 1904.¹⁴ Na virada do século, eram extraídas anualmente 8 a 10 toneladas em Cabo Cross.¹⁵ Segundo o jornal de Swakopmund, numa determinada localidade, as aves chegaram a produzir 150 toneladas de guano em seis anos.¹⁶

Em algumas ilhas onde se extraía o guano também se caçava o leão-marinho. A temporada de caça durava, em geral, três meses. Em 1901, o valor da pele havia sofrido uma queda, sendo que uma boa parte das 3 mil peles do ano anterior ainda estava estocada na Cidade do Cabo.¹⁷ Em matéria especial sobre a caça ao leão-marinho, tem-se a informação que as peles dos filhotes e dos animais até um ano de idade tinham mais valor no mercado. No jornal de Swakopmund, tratou-se da caça aos leões-marinhos como uma promissora atividade econômica, referindo-se às ilhas, à temporada de caça e ao ciclo dos animais.¹⁸ O método de caçar e abater os leões-marinhos foi tema de uma matéria especial do jornal local.¹⁹ Mas a caça aos leões-marinhos estorvava as aves em certas localidades insulares onde se extraía o guano.²⁰ A pescaria naquela parte da costa também era considerada uma atividade haliêutica promissora, porém a pesca e a caça aos leões-marinhos pareciam estar em rota de colisão.²¹ Além do guano, os ovos dos pinguins tiveram uma certa procura, ao menos, na África do Sul, de onde eram exportados como *délicatesse* para restaurantes londrinos, segundo notícia do jornal de Swakopmund.²²

Em 1911, especulava-se sobre uma sociedade hamburguesa interessada em caçar baleias nas águas da África austral.²³ Também uma empresa baleeira de Durban demonstrou interesse em se estabelecer nas proximidades de Swakopmund.²⁴ O empreendimento baleeiro foi considerado um importante incremento para o desenvolvimento da economia colonial.²⁵

Mas, se houve a exploração de certos recursos marinhos, os recursos minerais foram,

¹⁴ *Deutsche Südwestafrikanische Zeitung*, Swakopmund, 20 jul. 1904.

¹⁵ *Deutsche Südwestafrikanische Zeitung*, Swakopmund, 30 out. 1901.

¹⁶ *Deutsche Südwestafrikanische Zeitung*, Swakopmund, 24 jan. 1911.

¹⁷ *Deutsche Südwestafrikanische Zeitung*, Swakopmund, 11 dez. 1901.

¹⁸ Die Robben an der deutsch-südwest-afrikanischen Küste (Teil I). Beilage zur *Deutsch-Südwestafrikanischen Zeitung*, Swakopmund, 28 set. 1907.

¹⁹ Die Robben an der deutsch-südwest-afrikanischen Küste (Teil II). Beilage zur *Deutsch-Südwestafrikanischen Zeitung*, Swakopmund, 2 out. 1907.

²⁰ *Deutsche Südwestafrikanische Zeitung*, Swakopmund, 23 mar. 1907.

²¹ *Deutsche Südwestafrikanische Zeitung*, Swakopmund, 12 jun. 1907.

²² *Deutsche Südwestafrikanische Zeitung*, Swakopmund, 21 jul. 1911.

²³ *Lüderitzbuchter Zeitung*, Lüderitzbucht, 17 jun. 1911.

²⁴ *Deutsche Südwestafrikanische Zeitung*, Swakopmund, 2 ago. 1912.

²⁵ Eine neue Industrie für Lüderitzbucht. *Swakopmunder Zeitung*, Swakopmund, 23 maio 1912.

sem dúvida, aqueles que mais suscitaram a possibilidade de enriquecimento rápido, especialmente depois da descoberta de diamantes nas proximidades da baía de Lüderitz.²⁶ A exploração de diamante fez prosperar aquela localidade portuária que, ainda no início do século XX, era regularmente abastecida de água potável por um navio-pipa vindo da Cidade do Cabo (Correa, 2013). Além do diamante, o mármore no sudoeste africano foi explorado por sociedade de capital privado numa área total de 80 mil hectares.²⁷ Da região de Kaoko, o mármore era exportado para a Alemanha.²⁸ Aquela região era rica em outros minérios, como o ferro. No início do século XX, expedições alemãs buscavam ainda por minas de cobre e chumbo. Em 1911, havia planos de procurar naquela região litorânea por diamante, fosfato e guano.²⁹

As atividades mineradoras, agrícolas e pastoris de sociedades de capital privado, companhias concessionárias e dos colonos proprietários rurais dependiam de diferentes formas de recrutamento e de exploração dos trabalhadores africanos. Por outro lado, essas atividades tornavam quase inseparável a economia colonial da gestão dos recursos hídricos. Assim como na África do Sul, a perfuração do solo para a criação de poços com mais de 15 metros foi fundamental para os empreendimentos rurais na então África do Sudoeste Alemã (atual Namíbia).

Na África subtropical, a economia pastoril dos colonos e a apropriação das terras com melhores pastagens naturais comprometeram as atividades dos grupos pastores nômades, sobretudo a transumância. A competição ecológica entre adventícios e nativos tinha ainda um agravante: a concorrência pelas escassas fontes de água. Para o engenheiro alemão Theodor Rehbock, a colônia do sudoeste africano dependia de uma solução hidráulica para o desenvolvimento de sua economia (Rehbock, 1900). Se na África tropical, a floresta era o maior obstáculo natural, na África subtropical era o deserto. Nesse sentido, a ferrovia foi fundamental para o transporte do cobre, mármore, diamante, do guano, do gado etc. A ferrovia foi considerada um símbolo da vitória da civilização sobre a natureza inóspita do deserto do sudoeste africano, como apareceu em matéria ilustrada da revista *Kolonie und Heimat*.³⁰

Em 1914, a colônia alemã do sudoeste africano foi ocupada por tropas sul-africanas sob comando britânico. O fim do colonialismo alemão na África subtropical não significou, contudo, o término da exploração dos recursos naturais da forma como estava estruturada

²⁶ Bilder von Diamantenfelder in Südwest. *Kolonie und Heimat: In Wort und Bild*, Berlin, 16 set. 1910; Auf den Lüderitzbuchter Diamantenfeldern. *Kolonie und Heimat: In Wort und Bild*, Berlin, 19 fev. 1911.

²⁷ Marmorvorkommen in Südwest. Nachrichtenbeilage zu *Kolonie und Heimat*, n. 11, Berlin, 13 fev. 1910, p.2.

²⁸ *Deutsche Südwestafrikanische Zeitung*, Swakopmund, 30 out. 1901.

²⁹ *Deutsche Südwestafrikanische Zeitung*, Swakopmund, 30 maio 1911.

³⁰ Der Sieg der Kultur. *Kolonie und Heimat: Im Wort und Bild*, n.11, Berlin, 12 fev. 1910, p. 8.

desde o final do século XIX, isto é, com a participação de sociedades ou companhias de capital privado. Sob a tutela da União Sul-Africana, a ex-colônia alemã do sudoeste africano teve um aumento da privatização dos recursos naturais a partir dos anos 1920. Houve ainda uma nova migração de milhares de famílias bôeres, cujas atividades agrícolas, pastoris e cinegéticas tiveram seus impactos ambientais.

A invasão biológica de espécies exóticas

Uma característica comum da economia colonial em África foi a invasão biológica de espécies exóticas, sendo algumas espécies vegetais e animais introduzidas pelos colonizadores para “otimizar” a produção desde o século XIX. Em algumas regiões africanas, espécies de plantas e animais foram introduzidas pelos missionários antes do estabelecimento de uma economia colonial, como foi o caso do café na região norte da atual Tanzânia (Baroin, 1998, p. 538).

Em termos ambientais, a introdução de plantas exóticas na África colonial e o regime da *plantation* concorreram para uma nova competição ecológica entre animais e plantas de origem exótica e nativa, com desdobramento para a biodiversidade e riscos de novas “pragas”. A economia colonial sob diferentes bandeiras imperiais teve impactos de baixa, média e alta intensidade em vários biomas como as florestas. Para ficar em três exemplos, as florestas na Serra Leoa sob domínio britânico (Munro, 2020), em Madagascar sob domínio francês (Fremigacci, 1998) e na província do Kiwu no então Congo belga (Hatungimana, 1993) representaram uma biomassa para múltiplos usos durante o colonialismo. Na África Oriental Alemã, o potencial dos recursos florestais foi discutido pela imprensa colonial, que fez a apologia da imigração alemã ao designar os colonos como “pioneiros da civilização” (*Pionieren der Kultur*), ou seja, como gente capaz de transformar a natureza selvagem em paisagem cultural.³¹

Porém, esses pioneiros de uma civilização alienígena dependiam da adaptação de espécies exóticas e da força de trabalho nativa. A economia do cacau é um exemplo emblemático, pois os alemães experimentaram várias espécies em suas *plantations* na África tropical, como cacau das ilhas da Guiné, de Trinidad e um híbrido da América Central (Wohltmann, 1896). Além do cacau, outras plantas tropicais exóticas foram introduzidas nas colônias. No centro e sul da colônia de Kamerun, imigrantes alemães com experiência agrícola em Sumatra introduziram o tabaco (Waibel, 1935, p. 361).

³¹ Die Holzschätze unserer Kolonie und ihre Ausnutzug. *Deutsche Ostafrikanische Zeitung*, Dar es Salaam, 14 set. 1901.

No ambiente subtropical, o tabaco foi introduzido pelos colonos alemães.³² Assim, em diferentes partes do império alemão eram adaptadas plantas com a finalidade de desenvolver a economia colonial. Para isso, o *know-how* adquirido na prática de agricultura tropical numa colônia poderia servir para a introdução de novas culturas alhures. Assim como a cultura do tabaco, a plantação de cacau em Samoa foi introduzida por imigrantes alemães com experiência africana.³³

Algumas paisagens africanas foram modificadas pelo colonialismo alemão, como demonstra a coletânea de imagens das paisagens coloniais de Ferdinand Wohltmann (1904). As experiências com animais e plantas exóticas em meio africano foram constantes durante os trinta anos de colonialismo alemão. Porém, a invasão biológica de algumas espécies comprometeu a sobrevivência de espécies nativas. Afinal, a agricultura e a pecuária praticadas pelos imigrantes alemães e seus descendentes foram atividades econômicas que exigiram desmatamento, manejo de pastagens artificiais e a introdução de animais e plantas exóticas que competiam com as espécies nativas pelos sempre limitados recursos naturais. Por outro lado, as derrubadas e as queimadas degradavam o ambiente e favoreciam a invasão biológica de espécies exóticas, notadamente as chamadas pragas.

A economia colonial diante das “pragas”

A história ambiental da África sob domínio colonial tem identificado uma série de efeitos inusitados das ações antrópicas. Algumas chamadas “catástrofes naturais”, como enchentes ou inundações, foram consequências do desmatamento, notadamente da mata ciliar. Tem-se ainda um conjunto de fenômenos que prejudicava a produção agrícola ou pecuária e que aparece na documentação sob o nome de “pragas”. Nos jornais da imprensa colonial em língua alemã há uma quantidade enorme de matérias sobre as pragas que acometiam principalmente a agricultura tropical. Mas um problema na cadeia produtiva fomenta, geralmente, novas oportunidades para o próprio capitalismo. Desse modo, bactérias, fungos e insetos foram combatidos com o auxílio da incipiente indústria química de agrotóxicos. Os anúncios de jornais contêm muitas informações sobre os novos produtos para o combate contra certas pragas.

Métodos contra cupins e formigas também eram compartilhados pelos alemães de diferentes lugares. Na revista *Kolonie und Heimat*, por exemplo, um alemão de Erfurt fez sugestão aos compatriotas na colônia alemã do sudoeste africano para combater a praga de

³² Neues von Tabakbau in Südwest. *Kolonie und Heimat: In Wort und Bild*, Berlim, 13 mar. 1910, p. 6.

³³ Der Kakao. Seine Kultur und Verarbeitung. *Kolonie und Heimat: In Wort und Bild*, Berlim, 12 fev. 1911, p. 23.

cupins e formigas.³⁴ Já no jornal de Lüderitzbucht foi publicada uma notícia sobre um meio eficaz de combater as formigas no Sul do Brasil.³⁵ A partir do primeiro quartel do século XX, o arsênico foi muito usado como veneno contra formigas e ratos.

No sudoeste africano, uma matéria do jornal de Lüderitzbucht tratou da “praga” no algodão causada por um fungo (*Kräuselkrankheit*).³⁶ Na África Oriental Alemã, uma nova praga nos cafezais foi associada a um possível fungo responsável pelos prejuízos nas plantações de sorgo.³⁷ No jornal de Dar es Salaam, algumas matérias sobre térmitas tratavam desses insetos como pragas em plantações de tabaco.³⁸

Na África Oriental Alemã, as “pragas” não eram só relacionadas à agricultura. Os jornais mencionaram uma “praga de leões”.³⁹ Inclusive, jornais em língua alemã do Sul do Brasil também noticiaram sobre os leões que “infestavam” as cercanias de Dar es Salaam.⁴⁰ Desde o final do século XIX, a praga de ratazanas também preocupava as autoridades coloniais e os serviços sanitários empreenderam uma verdadeira “caçada” contra os roedores.

Cabe ressaltar que a Alemanha perdeu suas colônias com o fim da Primeira Guerra Mundial. No entanto, a economia colonial continuou sob novas bandeiras. Na ex-colônia alemã da África oriental, os inseticidas foram introduzidos a partir dos anos 1930 para combater a proliferação de parasitas na cafeicultura (Baroin, 1998, p. 540).

A última fronteira do capitalismo

Em entrevista a um jornal de Lisboa, Achille Mbembe afirmou que “o regime capitalista se universalizou e não há hoje praticamente nenhuma sociedade que lhe escape”. Para o professor da universidade sul-africana de Witwatersrand, trata-se de um regime “cujo fim é o de não ter limites”. E acrescenta:

Ora, é em África que encontramos hoje as últimas jazidas de quase todos os recursos de que precisa o capitalismo para funcionar no futuro. E também os recursos demográficos, na medida em que até ao final do século uma pessoa em cada três ou quatro virá de África. E os recursos minerais, botânicos, os recursos das espécies vivas,

³⁴ Ein Mittel gegen die Termiten- und Ameisenplage? Nachrichtenbeilage zu *Kolonie und Heimat*, Berlin, 27 fev. 1910, p. 3.

³⁵ Vermischte Nachrichten. *Lüderitzbuchter Zeitung*, Lüderitzbucht, 18 out. 1922.

³⁶ Ein Mittel gegen die Kräuselkrankheit der Baumwolle. *Lüderitzbuchter Zeitung*, Lüderitzbucht, 24 fev. 1912.

³⁷ Zwei neue Kulturschädlinge. *Deutsche Ostafrikanische Zeitung*, Dar es Salaam, 9 nov. 1901.

³⁸ *Deutsche Ostafrikanische Zeitung*, Dar es Salaam, 17 fev. 1900; *Deutsche Ostafrikanische Zeitung*, Dar es Salaam, 31 mar. 1900.

³⁹ Vermischtes. *Deutsche Ostafrikanische Zeitung*, Dar es Salaam, 7 set. 1901.

⁴⁰ Afrika. *Fortschritt*, Santa Cruz, 9 jan. 1904.

orgânicas e vegetais. É a única parte do mundo que não foi ainda completamente capturada pela lógica da exploração infinita. É por isso que digo que é a última fronteira do capitalismo.⁴¹

Essa “última fronteira do capitalismo” parece ter uma longa história. Sabe-se da importância dos recursos humanos e naturais africanos desde o mercantilismo nos primórdios da Idade Moderna. Mas o tráfico de escravos no Atlântico, assim como o comércio de ouro e marfim, desenvolveu-se até o século XIX sem que os estados africanos fossem subordinados a um regime de protetorado ou simplesmente deliquescidos pela dominação colonial. Dito de outra maneira, muitas partes do continente africano, notadamente a costa ocidental, tinham passado por várias mudanças socioambientais desde o início dos contatos euro-africanos. Muitas delas tiveram impactos ambientais de curto, médio e longo prazo. Com o fim do tráfico atlântico, por exemplo, a conversão da economia africana em algumas partes da costa ocidental favoreceu a monocultura das palmeiras, o que alterou a sua paisagem litorânea (Juhé-Beaulaton, 1998).

Durante o colonialismo, os impactos ambientais foram variados em diversas partes do continente africano. Os estudos sobre tais impactos são esparsos e as lacunas não permitem ainda uma síntese. Vale lembrar que o historiador nigeriano Jacob F. Ade Ajayi (1968) minimizou o colonialismo ao tratá-lo como um simples episódio na longa história da África. Por seu turno, o historiador ganês Albert Adu Boahen usou da retórica para afirmar que o colonialismo foi um mero capítulo na longa história do continente, um interlúdio nas experiências dos povos da África. No entanto, o “episódio colonial” não deixa de ser importante politicamente, economicamente e socialmente, segundo Boahen (1985, p. 809). Nota-se que a questão ambiental não foi levada em conta em seu balanço sobre o colonialismo, seu impacto e significado. Assim, os próprios efeitos ambientais durante o domínio colonial foram ignorados. A palavra *environmental* sequer aparece no sétimo volume da História Geral da África da Unesco.

Ao contrário do que aconteceu no continente africano, a longa duração da história colonial nas Américas fomentou uma incipiente consciência ambiental. Como observou José Augusto Pádua (2010, p. 84), a devastadora ação antrópica da expansão colonial foi alvo de denúncias contra o desflorestamento, a erosão dos solos, a sedimentação dos rios etc. Também Richard Grove (1995) demonstrou que o “mundo tropical colonizado” tornou-se um laboratório de observação que favoreceu a emergência de uma consciência ambiental, na medida em que ocorria uma abrupta transformação das áreas florestais em monocultu-

⁴¹ África é a última fronteira do capitalismo. Entrevista com Achille Mbembe. *Público*, Lisboa, 9 dez. 2018, p. 18-21.

ras e uma rápida degradação dos solos e dos rios pela agricultura e pecuária extensiva ou pela exploração das minas.

Se a colonização europeia em África foi tardia, ela não ocorreu sem impactos ambientais. Um balanço crítico dos efeitos ecológicos do colonialismo ainda resta por fazer pela história ambiental. Na África colonial, a “disputa ecológica” entre os nativos e os adventícios teve suas particularidades. No caso do império alemão, houve um baixo contingente de imigrantes europeus nas suas colônias no continente africano. O discurso pangermanista do II Reich enfatizava a imigração alemã, mesmo que mínima, para que fossem cumpridos os papéis preestabelecidos de uma sociedade colonial de estrutura hierárquica entre adventícios e nativos. Sem imigração alemã, mesmo que em pequeno número, não haveria os “donos do poder” na África colonial sob domínio alemão. No caso do colonialismo alemão, o curto período de pouco mais de trinta anos parece insuficiente para o estudo de certos impactos ambientais e pode limitar algumas análises em história ambiental.⁴² A experiência colonial alemã foi de curta duração, um subcapítulo no breve capítulo que representa o colonialismo na longa história da África.

A imigração e a privatização dos recursos naturais na África tropical e subtropical contribuíram, no entanto, para fundar as bases do capitalismo, sobre as quais outros grupos de capital estrangeiro – notadamente franceses (no Togo e nos Camarões), ingleses (na Tanzânia) e sul-africanos (na Namíbia) – continuariam a exploração dos recursos e a degradação do meio ambiente até as independências africanas. Um exemplo emblemático foi a *plantation* do sisal na antiga África Oriental Alemã que continuou a partir dos anos 1920, sob a exploração de novos donos. A agroindústria do sisal se consolidou durante o domínio britânico (Westcott, 1984). Após a independência da Tanzânia, o sisal continuou a ser um dos principais produtos de exportação do país (Gründer, 2012, p. 188).

Em seu livro *On the postcolony*, Achille Mbembe (2001) considerou, entre outros aspectos, os efeitos perversos da privatização dos recursos naturais do continente africano. Para uma história ambiental dos (ab)usos dos recursos naturais africanos, a privatização parece ser um dos principais problemas do período colonial e pós-colonial. A África como última fronteira do capitalismo pode ser objeto de estudos em história ambiental, tanto numa perspectiva diacrônica quanto sincrônica. Em algumas partes do continente africano, a privatização dos recursos naturais foi introduzida durante o colonialismo alemão. No período pós-colonial, a privatização dos recursos naturais africanos obteve novas formas na última fronteira do capitalismo.

⁴² Em termos de ecologia humana, o genocídio dos grupos nama e herero pode ser considerado como um dos acontecimentos com maior impacto trágico durante o colonialismo alemão (Zimmerer, 2004).

Referências

- ADAMS, William M. Nature and the colonial mind. In: ADAMS, William; MULLIGAN, Martin (eds.). *Decolonizing nature: strategies for conservation in a post-colonial era*. London: Routledge/Taylor and Francis Group, 2003. p. 16-50.
- AJAYI, Jacob F. Ade. The continuity of African institution under colonialism. In: RANGER, Terence (org.). *Emerging themes in African history*. Londres: Heinemann, 1968. p.189-200.
- BAROIN, Catherine. Introduction et culture du café chez les Rwa de Tanzanie du Nord. In: CHASTANET, Monique (org.). *Plantes et paysages d'Afrique: une histoire à explorer*. Paris: Karthala, 1998. p.529-550.
- BERMAN, Nina. et al. *German colonialism revisited: African, Asian, and Oceanic experiences*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2014.
- BOAHEN, Adu. Colonialism in Africa: its impact and significance. In: BOAHEN, Adu (ed.). *General history of Africa, VII: Africa under colonial domination, 1880-1935*. London: Heinemann; Berkeley: University of California Press; Unesco, 1985. p. 782-809.
- CIARLO, David. Globalizing German colonialism. *German History*, v. 26, n. 2, p. 285-298, 2008.
- CONRAD, Sebastian. *Deutsche Kolonialgeschichte*. München: C. H. Beck, 2008.
- CONRAD, Sebastian. Rethinking German colonialism in a global age. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, v. 41, p. 543-566, 2013.
- CORREA, Sílvio M. S. Potabilizar a água do Atlântico: do desafio de uma comunidade alemã entre o mar e o deserto do Namib. In: NODARI, Eunice S.; CORREA, Sílvio Marcus de S. (orgs.). *Migrações e natureza*. São Leopoldo: Oikos, 2013. p.119-144.
- DIETER, Karl. *Deutsche Siedlung in unseren tropischen Schutzgebieten*. Leipzig: Friedrich, 1895.
- ELEY, Geoff. Germany and its colonies: margins and metropole. *Werkstatt Geschichte*, v. 55, p. 63-71, 2010.
- FALKENHORST, C. *Auf Bergeshöhen Deutsch-Afrikas*. Stuttgart: Union Deutsche Verlagsgesellschaft, 1890.
- FREMIGACCI, J. La forêt de Madagascar en situation coloniale: une économie de la délinquance (1900-1940). In: CHASTANET, Monique (org.). *Plantes et paysages d'Afrique: une histoire à explorer*. Paris: Karthala, 1998. p. 411-440.
- GISSIBL, Bernhard. German Colonialism and the Beginnings of International Wildlife Preservation in Africa. *Bulletin of the German Historical Institute*, Suppl. 3 (Frank Zelko, Hg., From Heimat to Umwelt: new perspectives on German environmental history), p. 121-143, 2006.
- GISSIBL, Bernhard et al. *Civilizing nature: national parks in global historical perspective*. New York: Berghahn, 2012.
- GISSIBL, Bernhard. *The nature of German imperialism: conservation and the politics of wildlife in Colonial East Africa*. New York: Berghahn, 2016. (Environment in History: International Perspectives, v. 9.)
- GROVE, Richard. *Green imperialism: colonial expansion, tropical Island Edens and the origins of environmentalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- GRÜNDER, Horst. *Geschichte der deutschen Kolonien*. 5. ed. Paderborn: Schöningh, 2012.
- HATUNGIMANA, Alexandre. *Les cultures coloniales et les paysanneries africaines: projets et bilans: la caféiculture en Urundi, au Congo Belge et au Tanganyika entre les deux guerres mondiales*. Mémoire (DEA d'histoire), Université de Paris I. Paris, 1993.
- HERZOG, Jürgen. Ökologie als Thema der Geschichte? Kritisches und Nachdenkliches zur Afrika-Historiographie (dargestellt am Beispiel Ostafrikas). *Asien, Afrika, Lateinamerika*, v. 16, n. 2, p. 287-296, 1988.
- HERZOG, Jürgen. *Kolonialismus und Ökologie im Kontext der Geschichte Tansanias: Plädoyer für eine historische Umweltforschung*. Herausgegeben und mit einem Nachwort versehen von Achim von Oppen, Berlin: Das Arabische Buch, 1994. (Arbeitshefte des Forschungsschwerpunkts moderner Orient, n. 3)
- ILIFFE, John. *A modern history of Tanzania*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

- JUHÉ-BEAULATON, Dominique. La palmeraie du Sud du Bénin avant la colonisation: essai d'analyse historique. In: CHASTANET, Monique (org.). *Plantes et paysages d'Afrique: une histoire à explorer*. Paris: Karthala, 1998, p.327-352.
- KAERGER, Karl. *Tangaland und die Kolonisation Deutsch-Ostafrikas: Tatsachen und Vorschläge*. Berlin: Walther, 1892.
- KREYE, Lars. *Deutscher Wald in Afrika: Koloniale Konflikte um Regenerative Ressourcen, Tansania, 1892-1916*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2021.
- LENIN, Vladimir I. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: Navegando. 2011.
- MBEMBE, Achille. *On the postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- MUNRO, Paul. *Colonial seeds in African soil: a critical history of forest conservation in Sierra Leone*. New York: Berghahn, 2020.
- PÁDUA, José A. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.
- PARPART, Jane L.; ROSTGAARD, Marianne Rostgaard (eds.). *The practical imperialist: letters from a Danish planter in German East Africa, 1888-1906*. Leiden: Brill, 2006.
- REHBOCK, Theodor. *Die Besiedlung Deutsch-Südwestafrikas*. Berlin: DKG, 1900.
- ROLLINS, William H. Imperial shades of green: conservation and environmental chauvinism in the German colonial project. *German Studies Review*, v. 22, n. 2, p. 187-213, 1999.
- SIISKONEN, Harri Olavi. The concept of climate improvement: colonialism and environment in German South West Africa. *Environment and History*, v. 21, n. 2, p. 281-302, 2015.
- STRANDMANN, Hartmut P. *Imperialismus vom Grünen Tisch: Deutsche Kolonialpolitik zwischen wirtschaftlicher Ausbeutung und "zivilisatorischen" Bemühungen*. Berlin: Ch. Links, 2009.
- SUNSERI, Thaddeus. Reinterpreting a Colonial Rebellion: Forestry and Social Control in German East Africa, 1874-1915. *Environmental History*, v. 8, n. 3, p. 430-451, 2003.
- VIETOR, Johann K. *Die Arbeiterfrage in den deutschen Kolonien*. Berlin: Sonderabdruck aus den Verhandlungen des Deutschen Kolonialkongresses, 1902.
- WÄCHTER, H. Jürgen. *Naturschutz in den deutschen Kolonie in Afrika (1884-1918)*. Berlin: Lit, 2008.
- WAIBEL, Leo. *Die Rohstoffgebiete des tropischen Afrika*, Leipzig: Bibliographisches Institut Leipzig, 1935.
- WESTCOTT, Nicholas. The East African sisal industry, 1929-1949: the marketing of a colonial commodity during depression and war. *The Journal of African History*, v. 25, n. 4, p. 445-461, 1984.
- WESSELING, Henri. *Le partage de l'Afrique*. Paris: Gallimard/Folio Histoire, 2002.
- WESSELING, Henri. *Les empires coloniaux européens*. Paris: Gallimard/Folio Histoire, 2009.
- WOHLTMANN, Ferdinand. *Der Plantagenbau in Kamerun und seine Zukunft: Drei Reiseberichte*. Berlin: F. Telge, 1896.
- WOHLTMANN, Ferdinand. *Deutsch-Ostafrika. Bericht über die Ergebnisse seiner Reise, ausgeführt im Auftrage der Kolonial-Abteilung des Auswärtigen Amtes, Winter 1897/98*. Berlin: F. Telge, 1898.
- WOHLTMANN, Ferdinand. Bericht über seine Togo-Reise: Ausgeführt im Auftrage der Kolonial-Abteilung des Auswärtigen Amtes im Dezember 1899. *Der Tropenpflanzer*, Beihefte, v. 1, n. 5, 1900.
- WOHLTMANN, Ferdinand. *120 Kultur- und Vegetations-Bilder aus unseren Deutschen Kolonien*. Berlin: Wilhelm Süsserott, 1904.
- ZIMMERER, Jürgen. Krieg, KZ und Völkermord in Südwestafrika: Der erste deutsche Genozid. In: ZIMMERER, Jürgen; ZELLER, Joachim (Hrsg.). *Völkermord in Deutsch-Südwestafrika: Der Kolonialkrieg (1904-1908) in Namibia und seine Folgen*. Berlin: Links, 2004. p. 45-63.